

Publicidade Legal



ANO 59 - Nº 20.558
12 DE ABRIL DE 2023



ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139 | CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

sulgás

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

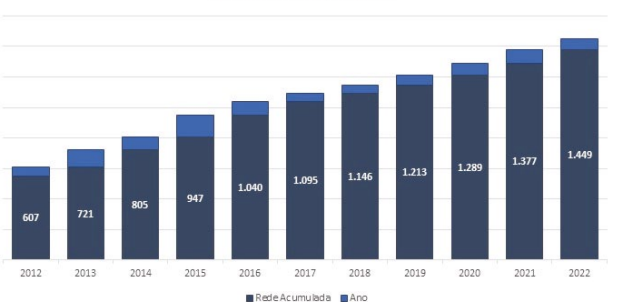
AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Relatório de Gestão 2022 – Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2022, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos do ano. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Sulgás é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 1993, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração dos serviços locais de gás canalizado no Estado pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem como acionistas Compass Um Participações S/A e Comitê Gás S/A, sendo a composição acionária de 51% Compass e 49% Comitê. Sua carteira de clientes é formada pelos segmentos industrial, cogeração, veicular, comercial, geração de ponta / cogeração / climatização, residencial e termoeletrico.

A Sulgás, reforçando seu papel como provedora de infraestrutura de distribuição de gás, implantou 71 km de rede de distribuição totalizando 1.449 km no Estado e investiu R\$ 60 milhões, incremento de 30% em relação a 2021.

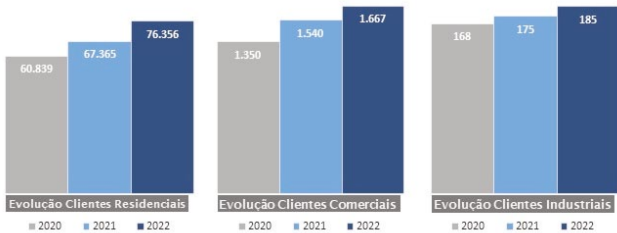
Rede de Distribuição (km)



A carteira de clientes da Companhia continuou crescendo com a entrada em operação de 9.145 novos clientes, finalizando o ano em 78.368 clientes ligados a rede de distribuição de gás, que representa crescimento de 13% no ano. Destaque para o segmento residencial que registrou incremento de 8.991 unidades. Os segmentos industrial e veicular também registraram acréscimos importantes, ambos com 10 novos clientes no ano de 2022.

O volume de gás distribuído apresentou aumento em comparação com o ano de 2021, aumentando de 1,69 milhões m³/dia para 2,15 milhões m³/dia, principalmente devido ao serviço de distribuição (TUSD). Em contrapartida, o segmento veicular apresentou retração de 17% no ano.

| CARTEIRA DE CLIENTES | 2020 | 2021 | 2022 |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Industrial | 168 | 175 | 185 |
| Comercial | 1.350 | 1.540 | 1.667 |
| Veicular | 94 | 103 | 113 |
| Residencial | 60.839 | 67.365 | 76.356 |
| Cogeração PPT | 2 | 2 | 2 |
| Geração Ponta / Cogeração | 34 | 37 | 44 |
| Geração Elétrica | 1 | 1 | 1 |
| TOTAL | 62.488 | 69.223 | 78.368 |



Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------|------------|
| Resultado líquido do exercício | 152.389 | 72.657 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultados abrangentes totais do exercício | 152.389 | 72.657 |

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------|------------|------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 228.121 | 111.743 |
| Ajustes para: | | | |
| Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | | -6.170 | 3.672 |
| Provisões civis e trabalhistas | 14 | 112 | -3.064 |
| Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos | | 4.169 | 465 |
| Provisão participação no resultado | | 4.145 | - |
| Amortização | 13 | 35.978 | 32.259 |
| Baixa de intangível | | 200 | - |
| Outras | | 1.148 | 6.239 |
| | | 267.703 | 151.314 |
| Variação em: | | | |
| Contas a receber de clientes | | -49.792 | -26.606 |
| Estoques | | 258 | -633 |
| Outros ativos e passivos, líquidos | | 5.037 | 16.098 |
| Fornecedores | | 43.253 | 37.947 |
| Ordenados e salários a pagar | | -2.982 | 3.024 |
| Imposto de renda e contribuição social | | -22.107 | -52.730 |
| | | -26.333 | -22.900 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | 241.370 | 128.414 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Adições ao intangível e ativos de contrato | 7 | -59.972 | -46.814 |
| Caixa restrito | | -4.100 | - |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | | -64.072 | -46.814 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Captações de empréstimos | 4.4 | 72.500 | - |
| Pagamento de juros sobre empréstimos | 4.4 | -1.917 | - |
| Amortização de principal sobre arrendamento mercantil | | -1.785 | -22.958 |
| Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil | | -612 | -2.590 |
| Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio | 11 | -158.541 | -56.471 |
| Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento | | -90.355 | -82.019 |
| (Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa | | 86.943 | -419 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | | 73.298 | 73.717 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | | 160.241 | 73.298 |
| Informação complementar | | | |
| Impostos de renda e contribuição social pagos | | 17.629 | 50.817 |

Transações que não envolvem caixa

I. Reconhecimento do direito de uso de novos contratos de arrendamento no montante de R\$ 5.286.

II. Foram utilizados créditos tributários federais para o pagamento do ajuste anual de 2021 e 1º, 2º e 3º trimestre de 2022 de imposto de renda e contribuição social, bem como para pagamentos mensais de PIS/COFINS, no valor total de R\$ 44.283.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| Ativos | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 | Passivos | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.1 | 160.241 | 73.298 | Fornecedores | 4.5 | 151.863 | 107.833 |
| Contas a receber de clientes | 4.2 | 171.318 | 90.291 | Empréstimos e financiamentos | 4.4 | 881 | - |
| Estoques | | 5.904 | 7.274 | Ordenados e salários a pagar | | 6.411 | 5.247 |
| Recebíveis de partes relacionadas | 4.3 | 124 | - | Outros tributos a pagar | | 5.147 | 3.937 |
| Outros tributos a recuperar | 5 | 12.311 | 48.458 | Imposto de renda e contribuição social correntes | 9 | 32.124 | 11.626 |
| Outros ativos | | 1.676 | 1.102 | Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 11 | 37.106 | 104.048 |
| Ativo circulante | | 351.574 | 220.423 | Pagáveis a partes relacionadas | 4.3 | 1.971 | - |
| Caixa restrito | | 4.100 | - | Arrendamentos | | 2.983 | 1.954 |
| Contas a receber de clientes | 4.2 | 2.130 | 538 | Adiantamentos de clientes | | 27.460 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9 | 9.070 | 6.724 | Outras contas a pagar | | 3.977 | 2.110 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 6 | 1.991 | Passivo circulante | | 269.923 | 236.755 |
| Outros tributos a recuperar | 5 | 97.874 | 89.174 | Empréstimos e financiamentos | 4.4 | 72.836 | - |
| Depósitos judiciais | 10 | 1.430 | 1.399 | Provisões para demandas judiciais | 10 | 1.418 | 1.306 |
| Outros ativos | | 300 | 56 | Arrendamentos | | 3.456 | 1.986 |
| Direito de uso | | 5.678 | 3.785 | Passivos setoriais | 4.6 | 125.719 | 117.881 |
| Ativos de contrato | 7 | 25.805 | 25.401 | Passivo não circulante | | 203.429 | 121.173 |
| Intangível | 6 | 195.121 | 168.374 | Total do passivo | | 473.352 | 357.928 |
| Ativo não circulante | | 341.514 | 297.442 | Patrimônio Líquido | 11 | | |
| Total do ativo | | 693.088 | 517.865 | Capital social | | 81.187 | 81.187 |
| | | | | Reserva de lucros | | 138.549 | 78.750 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 219.736 | 159.937 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 693.088 | 517.865 |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Capital social | Reserva legal | Reserva estatutária | Reserva de lucros a realizar | Retenção de lucros | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|----------------|---------------|---------------------|------------------------------|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2021 | 81.187 | 16.237 | 29.862 | 6.933 | 55.923 | - | 190.142 |
| Dividendos adicionais aprovados | - | - | - | - | -54.836 | - | -54.836 |
| Reserva estatutária | - | - | -29.862 | - | - | - | -29.862 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 72.657 | 72.657 |
| Destinações do lucro líquido do exercício: | | | | | | | |
| Dividendos obrigatórios | - | - | - | - | - | (18.164) | -18.164 |
| Dividendo adicional sujeito a aprovação | - | - | - | - | 54.493 | (54.493) | - |
| | - | - | - | - | 55.580 | - | 159.937 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 81.187 | 16.237 | - | 6.933 | - | - | -54.493 |
| Dividendos adicionais aprovados | - | - | - | - | -54.493 | - | -54.493 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 152.389 | 152.389 |
| Destinações do lucro líquido do exercício: | | | | | | | |
| Dividendos obrigatórios (Nota 11) | - | - | - | - | - | (31.491) | -31.491 |
| Retenção de lucros (Nota 11) | - | - | - | - | 114.292 | (114.292) | - |
| Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11) | - | - | - | - | - | (6.606) | -6.606 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 81.187 | 16.237 | - | 6.933 | 115.379 | - | 219.736 |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------|----------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 12 | 1.860.342 | 1.140.961 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | 13 | -1.579.426 | -962.041 |
| Resultado Bruto | | 280.916 | 178.920 |
| Despesas de vendas | 13 | -2.486 | -19.085 |
| Despesas gerais administrativas | 13 | -74.040 | -63.064 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 14 | 3.159 | -30.684 |
| Despesas operacionais | | -73.367 | -112.833 |
| Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos | | 207.549 | 66.087 |
| Despesas financeiras | | -14.757 | -995 |
| Receitas financeiras | | 35.329 | 46.651 |
| Resultado financeiro líquido | 15 | 20.572 | 45.656 |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 228.121 | 111.743 |
| Corrente | | -78.078 | -47.064 |
| Diferido | | 2.346 | 7.978 |
| Imposto de renda e contribuição social | 9 | -75.732 | -39.086 |
| Lucro líquido do exercício | | 152.389 | 72.657 |
| Resultado básico por ação – em Reais: | | | |
| Ordinárias | | 7,06726 | 3,36956 |
| Preferenciais | | 7,06726 | 3,36956 |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia"), tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado no Estado do Rio Grande do Sul para consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo, termoeletrico e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Em 03 de janeiro de 2022, a Compass Gás e Energia S.A. concluiu a compra das ações pertencentes ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul tomando-se acionista majoritária da Companhia através da sua subsidiária Compass Um Participações S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 51% do capital social. A Comitê Gás detém o restante da participação de 49% do capital social.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em abril de 1994, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado do Rio Grande do Sul (AGERGS), por um prazo de 50 (cinquenta) anos.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2023.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

3.1 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4.2 - Contas a receber de clientes
- Nota 6 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil)
- Nota 8 - Compromissos
- Nota 4.6 - Passivo setorial
- Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social
- Nota 10 - Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

4 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes

Categorias: (1) ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de "hedge" designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, quando seus termos são modificados, e quando os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| Ativos | | | |
| Custo amortizado | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.1 | 38.784 | 6.009 |
| Contas a receber de clientes | 4.2 | 173.448 | 90.829 |
| Recebíveis de partes relacionadas | 4.3 | 124 | - |
| | | 212.356 | 96.838 |
| Valor justo por meio do resultado | | | |
| Aplicações em fundos de investimentos (equivalentes de caixa) | 4.1 | 121.457 | 67.289 |
| | | 121.457 | 67.289 |
| Total | | 333.813 | 164.127 |
| Passivos | | | |
| Custo amortizado | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 4.4 | -73.717 | - |
| Fornecedores | 4.5 | -151.863 | -107.833 |
| Outros passivos financeiros | | -3.977 | -2.110 |
| Outros passivos financeiros | | -37.106 | -104.048 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | -6.439 | -3.940 |
| Arrendamentos | 4.6 | -125.719 | -117.881 |
| Passivos setoriais | 4.3 | -1.971 | - |
| Pagáveis a partes relacionadas | | -400.792 | -335.812 |
| | | -400.792 | -335.812 |

4.1 Caixa e equivalentes de caixa Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------|----------------|---------------|
| Banco Conta Movimento | 38.784 | 6.009 |
| Aplicações Financeiras | 121.457 | 67.289 |
| TOTAL | 160.241 | 73.298 |

>>>Continuação COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS | CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|---------------|
| Aplicações em fundos de investimento | | |
| Operações compromissadas | 20.383 | - |
| | 20.383 | - |
| Aplicações em bancos | | |
| Certificado de depósitos bancários - CDBs | 101.074 | 67.289 |
| | 101.074 | 67.289 |
| | 121.457 | 67.289 |

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 30 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado (não há incidência de IOF).

Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 720 dias, ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas entre de 82% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4.2 Contas a receber de clientes Política contábil:

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|---------------|
| Contas de gás a receber | 189.155 | 114.079 |
| Receita não faturada (i) | 1.373 | - |
| | 190.528 | 114.079 |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | -17.080 | -23.250 |
| | -17.080 | -23.250 |
| Total | 173.448 | 90.829 |
| Circulante | 171.318 | 90.291 |
| Não circulante | 2.130 | 538 |

(i) A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás do período do mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados.

O aging das contas a receber é o seguinte:

| | 31/12/2022 | Perda esperada | 31/12/2021 | Perda esperada |
|-----------------|------------|----------------|------------|----------------|
| A vencer | 169.318 | - | 78.917 | - |
| Vencidas: | | | | |
| Até 30 dias | 4.760 | -1.191 | 10.416 | - |
| De 31 a 60 dias | 674 | -513 | 359 | -35 |
| De 61 a 90 dias | 1.156 | -1.043 | 170 | -17 |
| Mais de 90 dias | 14.620 | -14.333 | 24.217 | -23.198 |
| | 190.528 | -17.080 | 114.079 | -23.250 |

Avariação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------------------|------------|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2021 | | -19.578 |
| (Adições) / Reversões | -8.493 | - |
| Baixas | 4.821 | - |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | | -23.250 |
| (Adições) / Reversões | 5.996 | - |
| Baixas | 174 | - |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | | -17.080 |

4.3 Partes relacionadas Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|--------------|------------|
| Ativo circulante | | |
| Operações comerciais | | |
| Raizen S.A. (i) | 124 | - |
| | 124 | - |
| Total do ativo circulante | 124 | - |
| Passivo circulante | | |
| Operações contratuais | | |
| Compass Gás e Energia S.A. (ii) | 1.971 | - |
| | 1.971 | - |
| Total do passivo circulante | 1.971 | - |

b) Transações com partes relacionadas:

| | 31/12/2022 |
|---------------------------------|---------------|
| Receita operacional | |
| Raizen S.A. (i) | 5.082 |
| | 5.082 |
| Despesas compartilhadas | |
| Compass Gás e Energia S.A. (ii) | -3.476 |
| | -3.476 |

(i) Fornecimento de gás.

(ii) Serviços compartilhados executados pela Compass Gas e Energia S.A. de responsabilidade da Companhia. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada a serviços de contabilidade e suporte administrativo, entre outros.

a) Remuneração dos administradores e diretores:

A remuneração dos Administradores da Companhia é aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, e inclui pró-labore, encargos, extensão de rol de benefícios previstos para os empregados em Acordo Coletivo, bem como o reembolso dos custos dos Administradores empregados de empresa do mesmo grupo econômico alocados na Sulgás, que inclui benefícios de curto prazo, contribuições para um plano de benefícios pós emprego e remuneração baseada em ações.

Em 2022, com a aquisição da Sulgás pela Compass, para diretores a ela vinculados houve reembolso dos valores à origem. Para diretores vinculados à Sulgás, o pagamento ocorreu na folha da Companhia.

Apresentamos a seguir o efeito em 31 de dezembro de 2022 e 2021

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|--------------|--------------|
| Benefícios de curto prazo a empregados e administradores (i) | 2.993 | 1.732 |
| Benefícios pós-emprego | 26 | - |
| | 3.019 | 1.732 |

(i) Nesse item está incluído o valor da remuneração dos conselheiros e diretores

4.4 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado.

A Companhia deixa de reconhecer quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que

tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os termos e condições dos empréstimos em Reais são os seguintes:

| Descrição | Indexador | Taxa anual de juros (i) | Encargos financeiros | | Vencimento | Objetivo |
|-------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|------------|------------|---------------|
| | | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | | |
| Com garantia | | | | | | |
| BNDÉS | | | | | | |
| Projetos VI e VII | IPCA + 4,10% + 1,71% | 11,6% | 73.717 | - | Jan/30 | Investimentos |
| | | | 73.717 | - | | |
| Total | | | 73.717 | - | | |
| Circulante | | | 881 | - | | |
| Não circulante | | | 72.836 | - | | |

(i) Taxas efetivas consideram taxas pré-fixadas dos contratos mais indexadores acumulados nos últimos 12 meses.

4.4 Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

| | 31/12/2022 |
|---------------|---------------|
| 13 a 24 meses | - |
| 25 a 36 meses | 6.744 |
| 37 a 48 meses | 16.186 |
| 49 a 60 meses | 16.186 |
| 61 a 72 meses | 16.186 |
| 73 a 84 meses | 16.186 |
| 85 a 96 meses | 1.348 |
| | 72.836 |

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos e financiamentos ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------------------|---------------|------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | - | - |
| Captações | 72.500 | - |
| Amortização de principal | - | - |
| Pagamentos de juros | -1.917 | - |
| Juros, variação cambial e valor justo | 3.134 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 73.717 | - |

Garantias

Foi aberta conta reserva no Banrisul no valor de R\$ 4.100, para cumprimento de cláusula do contrato assinado junto ao BNDÉS.

Linhas de créditos não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$ 108.797.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Cláusulas restritivas ("Covenants")

A cláusula contratual prevendo os índices (covenants financeiros) a serem observados pela Companhia, é a OITAVA do Contrato de Financiamento, sendo eles:

| Contrato | Meta | Índice em 31/12/2022 |
|----------|--|----------------------|
| BNDÉS | Índice de endividamento geral (Exigível total (iii) / Passivo total) | 0,68 |
| | não poderá ser superior a 0,8 | |
| BNDÉS | Dívida líquida (i) / LAJIDA (ii) não poderá ser superior a 3,50 | 0,33 |

(i) "Divida onerosa líquida" consiste em no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliário.

(ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescidos dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das amortizações.

(iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazo, incluindo o saldo líquido das operações com derivativos.

Os covenants foram cumpridos até dez/22, conforme demonstrado abaixo:Z

| | 31/12/2022 |
|------------------------------------|----------------|
| Passivo circulante | 269.923 |
| Passivo não circulante | 203.429 |
| PC + PnC = | 473.352 |
| Passivo total | 693.088 |
| Endividamento geral | 0,68 |
| Caixa e Bancos | 38.784 |
| Aplicações Financeiras | 121.457 |
| Disponibilidades | 160.241 |
| Endividamento - CP | 3.863 |
| Endividamento - LP | 76.292 |
| Dívida | 80.155 |
| Dívida líquida (Disponib - Dívida) | 80.086 |
| LAJIDA | 243.544 |
| Dívida líquida / LAJIDA | 0,33 |

4.5 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Fornecedores de gás/transportes | 145.299 | 102.399 |
| Fornecedores de materiais e serviços | 6.564 | 5.434 |
| | 151.863 | 107.833 |

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras, nas seguintes condições:

· Contrato NMG 20-23 na modalidade firme, modelo ponto a ponto, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual de gás de 800 mil de m³/dia no ano de 2022 e 650 mil de m³/dia no ano de 2023. O preço é composto por duas parcelas: molécula e transporte.

· Contrato NMG 22-25 na modalidade firme, modelo ponto a ponto, iniciado em janeiro de 2022, com vigência até dezembro 2025, e com quantidade diária contratual de gás de 550 mil de m³/dia durante toda a vigência do contrato. O preço é composto por duas parcelas: molécula e transporte.

Ambos os contratos, a parcela da molécula é indexada ao Brent no mercado internacional e ao dólar americano com reajuste trimestral e, a parcela do transporte é reajustada anualmente com base no IGP-M.

· Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 252 mil de m³/dia com a Braskem, com vigência até 31 de março de 2023. O preço é composto por duas parcelas: molécula e transporte

· Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 25 mil de m³/dia com a Ulbra, com vigência até 26 de junho de 2024.

Ambos os contratos as parcelas são indexadas ao dólar americano com reajuste anual pela inflação americana (índice PPI).

Contratos assinados e aguardando aprovação órgão regulador-AGERGS:

· Contrato com Petrobrás, assinado em dezembro de 2022, na modalidade firme, modelo ponto a ponto, com início de fornecimento previsto para janeiro de 2024 e vigência até dezembro 2032. A quantidade diária contratual de gás é de 350 mil de m³/dia nos anos de 2024 e 2025 e de 480 mil de m³/dia nos anos de 2026 a 2032. A parcela da molécula é indexada ao Brent no mercado internacional e ao dólar americano com reajuste trimestral e, a parcela do transporte é reajustada anualmente com base no IGP-M.

· Contrato com empresa Galp, assinado em dezembro de 2022, na modalidade firme, modelo entrada e saída, com início de fornecimento previsto para janeiro de 2023 e vigência até dezembro 2032. A quantidade diária contratual de gás é de 100 mil de m³/dia no ano de 2023, 120 mil de m³/dia no ano de 2024 a 2026 e de 360 mil de m³/dia nos anos de 2027 a 2032. O preço é composto por duas parcelas: molécula e transporte. A parcela da molécula, nos anos de 2023 a 2026 é indexada ao Brent no mercado internacional e reajustada trimestralmente e, nos anos de 2027 a 2032 é indexada ao Brent, ao Henry Hub e ao dólar e reajustada trimestralmente. A parcela do transporte será calculada mensalmente e composta pelos custos incorridos no âmbito do contrato de transporte de entrada.

A Companhia tem contratos de prestação de serviço de transporte de gás firmados com a

Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. – TSB e com a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, nas seguintes condições:

Contrato TSB:

· Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2023, com quantidade diária contratual de 800 mil de m³/dia.

4.5 Fornecedores--Continuação

Contratos TBG:

· Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2023, com quantidade diária contratual de 220 mil de m³/dia.

· Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2024, com quantidade diária contratual de 1.094 mil de m³/dia.

· Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2025, com quantidade diária contratual de 1.097 mil de m³/dia.

· Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2026, com quantidade diária contratual de 1.656 mil de m³/dia.

· Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2027, com quantidade diária contratual de 1.519,58 mil de m³/dia.

4.6 Passivo setorial

A movimentação do passivo financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

| | Passivo setorial |
|--|------------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2021 | - |
| Créditos tributários (i) | -86.102 |
| Atualização monetária (ii) | -31.779 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | -117.881 |
| Créditos tributários (i) | 758 |
| Atualização monetária (ii) | -8.596 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | -125.719 |

(i) Créditos referentes exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme tema 69 do STF, onde há risco de devolução aos consumidores via tarifa (o assunto ainda será pautado pela agência reguladora).

(ii) Atualização monetária dos referidos créditos tributários com base na taxa SELIC.

4.7 Gestão de risco financeiro

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

a) Risco de mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido. Também há riscos relacionados com as taxas de empréstimos TJLP e Selic, nas aplicações financeiras CDI, porém essa taxa não tem efeitos significativo para a Companhia.

i. Risco cambial

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado na nota explicativa 4.1. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

| | Cenário | | | | |
|--------------------------------|----------|---------|----------|---------|---------|
| | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Caixa e equivalentes de caixa | 160.241 | 200.301 | 240.362 | 120.181 | 80.121 |
| Caixa restrito | 4.100 | 5.125 | 6.150 | 3.075 | 2.050 |
| Empréstimos e financiamentos | -73.717 | -92.146 | -110.575 | -55.287 | -36.858 |
| Impactos de (perdas) ou ganhos | 90.624 | 113.280 | 135.937 | 67.969 | 45.313 |

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma empresa terceira especializada com base em informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

| | Análise de sensibilidade das taxas de juros | | | | |
|------|---|-------|-------|------|------|
| | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| CDI | 13,25 | 16,57 | 19,88 | 9,94 | 6,63 |
| IPCA | 4,98 | 6,23 | 7,47 | | |

>>>Continuação

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS |

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) (i) | 82.707 | 110.087 |
| Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) | 3.804 | 3.148 |
| Programa de Integração Social (PIS) (i) | 17.955 | 23.899 |
| Outros | 5.719 | 498 |
| Circulante | 110.185 | 137.632 |
| Não circulante | 12.311 | 48.458 |
| | 97.874 | 89.174 |

(i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido. Segundo a modulação, definida pelo STF, o direito à exclusão do ICMS valerá a partir de 15 de março de 2017 – data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da Corte.

Em 31/12/2021, face ao direito líquido e certo em decorrência da repercussão geral estabelecida pela decisão do STF, a Companhia reconheceu créditos tributários referente ao período de março/17 até março/21, no valor de R\$ 44,10 milhões que foram contabilizados no curto prazo e totalmente aproveitados em 2022. Ainda, foram reconhecidos créditos de longo prazo no valor de R\$ 79,60 milhões, em decorrência da Ação Coletiva de Repetição de Indébito n.º 60722-58.2016.4.01.3400, movida pela ABEGÁS, sendo que a referida ação ainda não transitou e julgado e, portanto, não é possível o aproveitamento de tais créditos.

6 Ativos intangíveis

Política contábil:

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

| | Contrato de concessão | Outros | Total |
|--|-----------------------|---------------|----------------|
| Valor de custo: | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2022 | 477.746 | 26.409 | 504.155 |
| Adições | - | - | - |
| Baixas | -1.093 | - | -1.093 |
| Transferências | 53.760 | 5.807 | 59.567 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 530.413 | 32.216 | 562.629 |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-----------------|----------------|
| Valor de amortização: | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2022 | -320.575 | -15.206 |
| Adições | -30.357 | -2.263 |
| Baixas | 893 | - |
| Transferências | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | -350.039 | -17.469 |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2022 | 157.171 | 11.203 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 180.374 | 195.121 |

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

7 Ativos de contrato Política contábil

Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 6).

| | Ativos de contrato |
|--|--------------------|
| Valor de custo: | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2022 | 25.401 |
| Adições | 59.972 |
| Baixas | -35 |
| Transferência para ativo intangível | -59.533 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 25.805 |

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R\$ 217 a uma taxa de média de 5,81% a.a.

8 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 545.680 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2027.

9 Imposto de renda e contribuição social Política contábil:

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado.

i. Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente

aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição Fiscal

Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 228.121 | 111.743 |
| Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%) | -77.561 | (37.993) |
| Ajustes para cálculo da taxa efetiva | | |
| Exclusões/(adições) permanentes líquidas | -417 | -1.094 |
| Juros sobre capital próprio | 2.246 | - |
| Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) | -75.732 | -39.087 |
| Taxa efetiva | 33,20% | 34,98% |

O saldo de imposto de renda e contribuição social no passivo circulante, no montante de R\$ 32.124 (R\$ 11.626 em 31 de dezembro de 2021) está apresentado líquido de valores credores de mesma natureza.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

| IRPJ e CSLL Diferido sobre: | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|---------------|
| Provisão devedores duvidosos (Ativo Circulante) | 17.080 | 23.250 |
| PDD - Fiscal (Ativo Circulante) | -14.283 | -22.121 |
| Provisões PLR (Passivo Circulante) | 2.840 | - |
| Provisões cíveis e trabalhistas (Passivo Não Circulante) | 1.418 | 1.306 |
| Provisão dos Estoques | 1.112 | - |
| Provisão consumidores - valor principal (Passivo Não Circulante) | 86.292 | 86.102 |
| Outros valores (exclusão selic e receita - cosit 183/21) | -46.884 | -46.884 |
| Depreciação acelerada (Passivo Não Circulante) | -20.898 | -21.877 |
| Base de Cálculo | 26.677 | 19.776 |
| Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL) | 9.070 | 6.724 |

10 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para riscos cíveis e trabalhistas foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2022, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

| | Provisão para demandas judiciais | Depósitos judiciais |
|-----------------------------------|----------------------------------|---------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Cíveis, ambientais e regulatórias | 2 | 33 |
| Trabalhistas | 1.416 | 1.273 |
| | 1.418 | 1.306 |

Movimentação das provisões para processos judiciais:

| | Cíveis | Trabalhistas | Total |
|--|-----------|--------------|--------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2021 | 3.345 | 1.025 | 4.370 |
| Provisionado no exercício | 11 | 311 | 322 |
| Baixas por reversão / pagamento | -3.323 | -63 | -3.386 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 33 | 1.273 | 1.306 |
| Provisionado no exercício | 184 | 504 | 688 |
| Baixas por reversão / pagamento | -215 | -361 | -576 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 2 | 1.416 | 1.418 |

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------|---------------|---------------|
| Cíveis | 11.697 | 9.342 |
| Tributário | 21.653 | - |
| Trabalhistas | 2.472 | 2.812 |
| | 35.822 | 12.154 |

a) Trabalhistas

Os processos trabalhistas são predominante oriundos e empresas terceirizadas onde a Companhia responde solidariamente.

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

b) Cíveis

Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre revisões de contratos, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia.

c) Tributário

Os processos tributários são decorrentes de ações fiscais em fase administrativa nos âmbitos estadual e federal.

11 Patrimônio líquido Política contábil:

a) Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

O capital subscrito de R\$ 81.187, é representado por 21.563 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas. Não houve movimentação da quantidade de ações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e sua composição é a que

| | Quantidade de ações - milhares | |
|-------------------------------|--------------------------------|------------|
| Acionistas | Ordinárias | % |
| Compass Um Participações S.A. | 10.997 | 51 |
| Commit Gás S.A. | 10.566 | 49 |
| Total | 21.563 | 100 |

b. Lucros acumulados

| | |
|----------------------------------|---------------|
| Em 1º de janeiro de 2021 | 72.657 |
| Resultado líquido do exercício | - |
| Dividendos | -72.657 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | - |

Em 1º de janeiro de 2022

| | |
|---|----------|
| Resultado líquido do exercício | 152.389 |
| Juros sobre capital próprio 2022, imputados como dividendo mínimo obrigatório | -6.606 |
| Dividendos | -31.491 |
| Retenção de lucros | -114.292 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | - |

b. Juros sobre capital próprio

Em 21 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2022 e 30 de novembro de 2022, no valor de R\$ 6.606, antes dos tributos, que será pago em 21 de fevereiro de 2023.

c. Dividendos

No dia 01 de dezembro de 2022, foi aprovado o pagamento dos dividendos do resultado total de 2021 no valor de R\$ 72.657, pago em 19 de dezembro de 2022, conforme segue:

a) R\$ 18.164, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, cabendo a Compass Um Participações S.A o valor de R\$ 9.263 e a Commit Gás S.A o valor de R\$ 8.900; b) R\$ 54. 493, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, cabendo a Compass Um Participações S.A o valor de R\$ 27.792 e a Commit Gás S.A o valor de R\$ 26.701.

Em 01 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos declarados de exercícios anteriores no valor de R\$ 85.884, pago em 19 de dezembro de 2022, conforme segue:

c) R\$ 29.862, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2016, cabendo ao antigo acionista, Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 15.230 e a Commit Gás S.A o valor de R\$ 14.632; d) R\$ 56.022, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril 2021, cabendo ao antigo acionista Estado do Rio Grande do Sul no valor de R\$ 28.571 e a Commit Gás S.A o valor de R\$ 27.451.

| | |
|---|----------------|
| Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2022 | 152.389 |
| Base de cálculo para distribuição dos dividendos | 152.389 |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% | 38.097 |

| | |
|---|----------------|
| Juros sobre capital próprio bruto | - |
| Dividendos propostos | -6.606 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos propostos | -31.491 |
| Total do lucro a destinar em 2022 | -38.097 |
| | 114.292 |

Passivo divendos a pagar:

| | |
|---|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 104.048 |
| Dividendos 2021 transferidos do PL | 54.493 |
| Dividendos propostos | 31.491 |
| Juros sobre capital próprio proposto | 6.606 |
| Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto | -991 |
| Dividendos pagos | -158.541 |
| Juros sobre capital pagos | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 37.106 |

b. Destinação do saldo do resultado do exercício

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

12 Receita operacional líquida Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas

| >>>Continuação | | | |
|--|---|--|--|
| COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104 | | | |
| Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes: | | | |
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | |
| Custo da dívida bruta | | | |
| Juros sobre dívida | -2.846 | - | |
| | -2.846 | - | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 24.424 | 5.047 | |
| | 24.424 | 5.047 | |
| Custo da dívida, líquida | 21.578 | 5.047 | |
| Outros encargos e variações monetárias | | | |
| PIS e COFINS s/receitas financeiras (i) | -1.640 | - | |
| Juros sobre outras operações (i) | -584 | -704 | |
| Juros sobre clientes | 4.668 | 1.359 | |
| Outras variações monetárias | -1.884 | 40.095 | |
| Despesas bancárias | -1.566 | -141 | |
| | -1.006 | 40.609 | |
| Resultado financeiro, líquido | 20.572 | 45.656 | |
| Reconciliação | | | |
| Despesas financeiras | -6.839 | -940 | |
| Receitas financeiras | 29.295 | 6.501 | |
| Variação cambial líquida | -1.884 | 40.095 | |
| | 20.572 | 45.656 | |
| (i) Contempla o resultado da atualização monetária do crédito extemporâneo referente a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5. | | | |
| 16 Benefícios pós-emprego Política contábil: | | | |
| Planos de contribuição definida | | | |
| Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais | | | |
| serviços são prestados pelos empregados. | | | |
| A Companhia mantém o Plano SulgasPrev, que é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petros de Seguridade Social – Petros, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). | | | |
| O Plano SulgasPrev é totalmente desvinculado dos demais planos de benefícios administrados pela Petros, inexistindo solidariedade entre os mesmos e entre suas respectivas Patrocinadoras ou Instituidores, cujo patrimônio do Plano SulgasPrev será aplicado integralmente na concessão e na manutenção dos benefícios previstos no seu Regulamento. | | | |
| As contribuições da Patrocinadora correspondem a valor igual ao valor das contribuições pagas pelo Participante, porém não acompanha as contribuições opcionais (Voluntária e Esporádica) feitas pelo Participante. | | | |
| O Plano SulgasPrev é regido: pela legislação aplicável; pelo Estatuto da Petros e pelo Regulamento do Plano. | | | |
| A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue: | | | |
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | |
| Previdência Privada | 1.765 | 1.667 | |
| | 1.765 | 1.667 | |
| A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados (PLR), conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e no Termo de Acordo do Programa de PLR celebrado junto aos sindicatos representativos, representou um montante de R\$ 4,8 milhões relativo ao exercício findo em 2022, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1,43 milhões em dezembro de 2022, assim restando R\$ 3,37 milhões a serem pagos em 2023. | | | |
| 17 Evento subsequente | | | |
| 17.1 Revisão tarifária AGERGS | | | |
| Durante o exercício de 2022 a Companhia passou pelo primeiro processo de revisão tarifária junto a AGERGS, que passou, entre outras, pelas etapas de Consulta e Audiência Pública. Esse processo iniciou-se no mês de janeiro e foi finalizado no mês de dezembro de 2022. Na conclusão deste processo, a AGERGS reconheceu o direito à Companhia quanto | | | |
| a retroatividade da aplicação da tarifa (período de 2022 que ficou sem cobertura da margem aprovada pela agência), recomendando que eventuais diferenças sejam compensadas na revisão tarifária de 2023. Durante este processo de revisão, a Companhia efetuou os cálculos e demonstrou os valores a serem repassados ao cliente, junto a AGERGS. Concluiu-se que o montante a ser repassado, a partir de 16 de dezembro de 2022, referente ao período de abril a novembro de 2022, período descoberto pelo processo de revisão tarifária, é de R\$ 42.019. | | | |
| 17.2 Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada em matéria tributária | | | |
| O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários. | | | |
| Diretoria Executiva | Conselho de Administração | Carlos Ivan Camargo de Colón Elisângela Ferreira Martins José Carlos Broisler Oliver Renato Aparecido Fontalva Conselheiros | |
| Marcelo Xavier Leite Diretor Presidente | Nelson Roseira Gomes Neto Presidente | Alex Domelles da Silva Contador CRCRS nº 64077 | |
| Silvio Renato Del Boni Diretor Executivo | Anderson Gil Ramos Bastos Vice-presidente | | |
| Charles de Souza Netto Diretor Executivo | | | |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | | | |
| Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS Porto Alegre (RS) | | | |
| Opinião | | | |
| Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. | | | |
| Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). | | | |
| Base para opinião | | | |
| Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. | | | |
| Outros assuntos | | | |
| Auditoria dos valores correspondentes | | | |
| As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de abril de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, e com | | | |
| parágrafo de ênfase relativo a reapresentação das referidas demonstrações contábeis. | | | |
| Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis | | | |
| A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. | | | |
| Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. | | | |
| Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. | | | |
| Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis | | | |
| Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. | | | |
| Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: | | | |
| · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de | | | |
| auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. | | | |
| · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. | | | |
| · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. | | | |
| · Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. | | | |
| · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. | | | |
| Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. | | | |
| Porto Alegre, 30 de março de 2023. | | | |
| ERNST & YOUNG Audítores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F | | Guilherme Ghidini Neto Contador CRC RS-0677950-5 | |

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR